

-----ACTA N.º 004/2006-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE  
AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO  
DE DOIS MIL E SEIS -----**

-----Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e seis, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte **ordem de trabalhos**: - **Período de Antes da Ordem do Dia: 1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Análise e discussão de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do art.º 86 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Período da Ordem do Dia: 1.- Análise, discussão e votação da alteração ao Regulamento de cedência de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou de serviços na Zona Industrial de Lameiras, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de 178.887,00 € (cento e setenta e oito mil oitocentos e oitenta e sete euros) nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.- Análise, discussão e votação da alteração do Quadro de Pessoal ao**

abrigo da alínea o), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 4.- Análise, discussão e votação da fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2007, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 5.- Análise, discussão e votação do pedido de Isenção do I.M.T. requerido pela empresa “Serralharia Carrilense, Lda.” de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, ao abrigo da alínea g), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 6.- Análise, discussão e votação do pedido de Isenção do I.M.T. requerido pelo restaurante “A Grelha do Zêzere, Lda.” de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, ao abrigo da alínea g), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 7.- Análise, discussão e votação das propostas para criação do Conselho Municipal da Juventude; 8.- Análise, discussão e tomada de posição acerca dos seguintes assuntos relevantes para o concelho: a) Saúde; b) Segurança; c) Justiça; d) Educação; 9.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Eram quinze horas e trinta minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à sessão. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal**: - António Fernando Lopes Carraço, Eduardo José Ferreira

Mendes, Manuel António da Conceição Dias, Eurico de Alcobia, Bruno José da Graça Gomes, José Manuel Gomes Duarte, Fernando António Santos Ideias, Joaquim de Jesus Ribeiro, Aires Ferreira Graça, Bruno Miguel Alves Silva, José Augusto da Silva Cruz, Isabel Rosário Baptista, Jorge da Conceição Godinho, Armando António Ferreira Alexandre, Adriano Jorge Dias Rebelo, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, José Saramago Heitor Amaro e Francisco Baptista.

**AUSENTES:** José Marques Nunes, José Manuel Martins Russo e João Paulo Antunes Henriques. **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** Foi recebida a justificação de falta do Deputado Municipal João Paulo Antunes Henriques. -----

-----**A Câmara Municipal** fez-se representar pelos senhores Vereadores, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, que substituiu o senhor Presidente da Câmara, Carlos Alberto Mendes Martins e Carlos Ferreira Salgado.

**Composição da Mesa da Assembleia Municipal:** Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço; 1.º Secretário, Eurico de Alcobia e 2.º Secretário, Aires Ferreira Graça. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** começou por fazer a leitura do pedido de suspensão de mandato do Deputado Municipal Hélder Cruz: *«Por motivos de natureza estritamente profissional (ausência do país por motivos de trabalho em Cabinda), venho desta forma e ao abrigo do artigo 77.º, ponto 3, alínea C), do Regimento desta Assembleia, pedir a suspensão do meu mandato de Deputado Municipal por um período de 6 meses.»*. Questionou em seguida se alguém se queria pronunciar. Ninguém se pronunciou. -----

-----**Em seguida tomou posse no cargo de membro da Assembleia Municipal o Sr. Adriano Jorge Dias Rebelo.**-----

-----**O Deputado Municipal Adriano Rebelo** após ter tomado posse, saudou os presentes e apresentou-se. -----

----- **ACTA DA SESSÃO ANTERIOR** -----

-----**Colocada à apreciação a Acta da 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária realizada em 24/06/2006, registaram-se as seguintes intervenções:** -----

-----**O Deputado Municipal Fernando Ideias** interveio referindo que se regozijou com a ida a Chãos e que isso não vem mencionado na acta. Pediu que tal passasse a constar na mesma. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que essa correcção iria ser feita. -----

-----**Colocada a votação a acta foi aprovada por vinte votos a favor e uma abstenção.**-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto: - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----**O Sr. António Graça** interveio referindo que tem uma mata ao fundo da Cerejeira, e pediu à Junta de Freguesia, em 2003, para mandar limpar as estradas dessa mata. A Junta de Freguesia mandou-o para a Câmara. Depois foram ao local o Sr. Pedro Mendes e a Eng.<sup>a</sup> Ana Melo e disseram-lhe que a Câmara não tinha verbas para limpar aquilo. Acrescentou que é uma estrada particular mas que serve, pelo menos uma centena de proprietários. -----

-----**O Sr. Américo da Silva** da Fonte da Prata no uso da palavra disse que estava ali porque queria saber qual era a solução para a estrada que está junto à sua casa. Já disseram que iam pôr lá manilhas partidas, solução com que concordou, mas

afinal não colocaram lá nada e, as águas pluviais estão a dar-lhe muito prejuízo. -----

----- **O Sr. Manuel Martins** do Portomar, informou que existiu durante vários anos uma caixote do lixo no lugar onde mora. Por motivos que desconhece levaram o caixote de lá, e não tem onde pôr o lixo. Continuou a pôr o lixo dentro de sacos, no local onde existia o caixote, mas o pessoal da recolha do lixo não o leva. Pediu uma solução para este problema. Informou em seguida que perde algum tempo a limpar os terraços e as valetas, por causa das folhas dos eucaliptos que estão a cair mesmo em cima da sua casa. -----

-----**O Sr. Abílio Domingos** referiu que a sua casa se situa na Rua da Capela, na Pombeira, e não tem rede eléctrica. Só se encontra um poste à entrada e outro a uma distância de cerca de 120 metros. Perguntou porque é que na sua rua não há luz eléctrica, e há nas outras todas. Na estrada principal, as barreiras, estão todas a cair e ninguém limpa nada. Na curva do Rebelo, têm-se despistado muitos carros, pelo que pensa que deve levar uma protecção. -----

-----**O Sr. Joaquim Martins** iniciou a sua intervenção informando que estava ali em representação do Casal Novo porque os caixotes do lixo que estão colocados naquela zona têm sido limpos por ele e pelos vizinhos. Pede que isso não aconteça uma vez que pagam uma taxa há já bastante tempo e não se resolve nada. Referiu também os maus cheiros que se sentem na rua e acrescentou que veio viver para o concelho há trinta anos, altura em que se podia viver aqui, e agora o cheiro torna-se difícil de suportar. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** em resposta às questões colocadas pelo público presente começou por informar que a Câmara Municipal já não recebe há vários anos subsídios para fazer limpeza de estradas. Tem feito com o orçamento municipal e como tal com algumas dificuldades, por isso é preciso

estabelecer algumas prioridades. Têm sido os Bombeiros a indicar à Câmara quais as estradas que consideram prioritárias para se poderem enfrentar os fogos que hipoteticamente possam vir a acontecer. A estrada que o Sr. António Graça referiu, possivelmente, nunca foi enquadrada nesse plano portanto ainda não foi objecto de limpeza mas não quer dizer que não venha a ser. No entanto não pode garantir quando. O caso que o Sr. Américo Silva colocou, já foi colocado na reunião de Câmara dia 7 de Agosto, e o que prometeram colocar no local foram meias manilhas. Passou cerca de um mês e meio, ainda não foi possível realizar aquele trabalho, mas logo que seja possível irão realizá-lo como prometido. Quanto ao caixote do lixo, não sabe quem o retirou. Pediu que quando tal aconteça informem logo os serviços para que estes possam regularizar a situação. Vai ver o que é que se passou para suprir a lacuna. No que respeita ao problema dos eucaliptos disse que saiu uma Lei, que vai pôr travão nestas situações. Em determinados espaços ou vão existir casas ou vão existir árvores. Quanto à falta de iluminação pública na Rua da Capela na Pombeira, tentou saber através do Sr. Abílio Domingos se era cabo ou fios que lá passavam e explicou que se o cabo que passa junto à casa do senhor já estiver preparado, o processo é simples e rápido. Se tiver de ser reformulado é mais complicado, porque a EDP quer ser ressarcida pelos gastos que tem. Quanto aos aquedutos ficou com a nota para os serviços passarem e limparem. No que respeita à curva do Rebelo está a ser elaborado um processo para reformulação do traçado da estrada que liga à ponte, em que está prevista colocação de raids também naquela zona. Em relação à limpeza dos caixotes do lixo, é uma realidade que a Câmara Municipal ainda não tem um carro com capacidade para lavar os contentores, mas estão a tentar arranjar um carro em segunda mão e em bom estado que permita fazer esse trabalho, porque um carro novo só para lavar contentores custa vinte e quatro

mil contos. Alertou para o facto dos caixotes muitas vezes deitarem cheiros porque as pessoas não cumprem as regras de colocação do lixo. -----

-----**2.º Ponto: - Análise e discussão de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do art.º 86 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** começou por um lado por felicitar o Sr. Deputado Municipal Adriano Rebelo pelo regresso à Assembleia Municipal e por outro lado, lamentou que mesmo com uma suspensão do mandato de um jovem da Assembleia não tenha entrado outro jovem, que seria eventualmente um líder da JSD, o Nuno Benedito, e que crê que fazia falta à Assembleia Municipal. Lembrou em seguida as sessões da Assembleia Municipal realizadas nos Chãos, e nas Pias e propôs que se pudesse fazer um documento, tipo certificado alusivo a essas datas, porque crê que foram as primeiras sessões da Assembleia Municipal realizadas fora do concelho e, que esse documento fosse enviado às Juntas de Freguesia respectivas. Quanto à colocação de ecopontos sabe que é a Resitejo que gere a colocação dos mesmos nos vários locais, mas a verdade é que a Câmara todos os anos paga uma quota à Resitejo e esta não está a servir convenientemente o concelho de Ferreira do Zêzere. E se isso acontece a Câmara tem que tomar uma atitude, tem que pressionar para que o serviço que a Câmara paga seja melhorado. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** disse que recebiam com regularidade as actas das reuniões do executivo e juntamente com essas actas recebem as minutas que deram origem às mesmas. Trata-se de um grande volume de papel, pelo que é de opinião que podiam poupar muitas árvores se isso fosse reduzido. Para si bastam-lhe as actas finais, não lhe interessa receber as minutas, pois se estiver interessado vai procurá-las. É uma medida que se pode tomar e que

poupa muito trabalho e muito papel. Pediu que a Câmara visse este assunto e, pelo menos para si, evitasse enviar tudo. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** lembrou que já foi assim, e depois foi pedido sessão da Assembleia Municipal que se enviasse tudo. No entanto concorda com o Deputado Municipal Jorge Godinho. -----

-----Mostraram-se, todos de acordo com esta sugestão, pelo que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que ia fazer chegar por escrito à Câmara Municipal para que esta passe a enviar só a acta e os anexos. -----

-----**O Deputado Municipal Armando Alexandre** falou em relação à possível instalação da fábrica da biomassa no parque industrial da Gravulha. Leu no suplemento de economia do “Diário de Notícias” do dia 19 de Setembro que a nível do país iriam ser instaladas 15 unidades, 2 delas no Distrito de Castelo Branco. No “Expresso” leu que estão as 15 adjudicadas, e para o Distrito de Castelo Branco de 2 passa para 4, sendo uma delas na Sertã. O que foi dito na última Assembleia sobre o assunto foi que seria como que um dado adquirido, faltando apenas a aprovação do Ministério do Ambiente e a aprovação dos fundos comunitários para a mesma. Perguntou se isto é uma realidade ou se mais uma vez deixaram fugir a oportunidade de uma indústria para o concelho, como tem acontecido com tantas outras que se transferem para os concelhos vizinhos. Quanto à rotunda que está instalada junto ao parque de estacionamento do cemitério perguntou quem é que a projectou e se a sua execução foi de acordo com o projecto ou se sofreu alterações. Isto porque, toda a gente vê que ela não tem dimensões para a via em que está inserida. Pensa que foi projectada só para carros ligeiros dado que os carros pesados ao chegar ao centro da mesma pisam os lancis interiores. Se quem vai do Bairro Novo para Ferreira, ao sair da rotunda não tiver cuidado bate de frente com

o veículo que vêm em sentido contrário porque a via é mais estreita na saída do que a própria via que depois vai para a sede da vila. Perguntou qual o preço total daquela obra-prima que para si é um cartão de visita vergonhoso à entrada da vila e propôs que fosse redimensionada para a via em que está inserida dado que está desenquadrada com as dimensões da mesma.-----

-----**O Deputado Municipal Joaquim Ribeiro** começou por felicitar a Banda Filarmónica Frazoeirense pelo seu aniversário e pelo belíssimo programa. Agradeceu em nome pessoal o convite que lhe fez. Felicitou também a Câmara pelo magnífico trabalho desenvolvido em prol dos jovens com o plano de Férias Desportivas. Foi extraordinário e exemplar. Muitas outras Câmaras não o fizeram. Mostra que não é bem verdade quando na última Assembleia acusaram que só agora se começou a pensar nos jovens. Se calhar todo este trabalho vale por mil projectos que são apresentados e que muitas vezes ficam apenas no papel. Em seguida repudiou os artigos publicados por um membro da Assembleia, e que é também simultaneamente líder da bancada socialista, na imprensa local. São artigos que considera uma ofensa pública a muitos Ferreirenses. Como director de uma dessas publicações pediu publicamente desculpa aos Ferreirenses pelo conteúdo daqueles artigos. Não foi previamente avisado e vai, no futuro, estar mais atento. Nunca houve censura na publicação que dirige. Se calhar futuramente terá que passar a haver censura.-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Dias** solicitou o uso da palavra saudou a tomada de posse do Deputado Municipal Adriano Rebelo, desejando-lhe um feliz mandato. Em seguida no que respeita à questão ambiental regozijou-se com a introdução de uma placa a proibir despejos de detritos da construção civil no fim da recta do Concelho. Questionou se aquela zona é zona REN. Espera que seja sob

vigilância da Câmara a questão do depósito de lixo, porque o lixo que lá se encontra não dá nenhuma dignidade ao concelho. Relacionado com movimentos de terras questionou: se há licenças para os particulares procederem ao movimento de terras? Se há licença para particulares alterarem o relevo das propriedades em benefício próprio? Se a câmara não pode tapar um cotovelo de uma curva perigosa e um particular pode depositar terras onde quiser e à altura que quiser? Quanto ao mau cheiro, e na sequência de uma intervenção do público, é de opinião que o concelho é muito pouco industrializado e no entanto é um concelho muito poluído. Perguntou como é que se explica esta contradição. É a imagem do concelho que está em causa e quem se quer fixar no concelho pensa duas vezes. Apesar de ser o Ministério do Ambiente que deve fiscalizar a Câmara Municipal deveria criar um pelouro ambiental, arranjar alguém que tome conta das questões ambientais do concelho, pois pensa que estão a dar uma má imagem do concelho. Por último, e no que respeita à cultura, constatou que passou mais um verão, altura em que chegam muitos turistas a Ferreira, e Ferreira esteve morta, não houve iniciativas culturais, não houve uma festa grande. Também houve falha a nível turístico. Era precisa qualquer coisa como uma feira, ou uma mostra de produtos. Qualquer coisa que desse dinâmica àqueles que visitam o concelho. A Câmara Municipal tem obrigação de, nos próximos verões, ter atenção a esta situação. -----

-----**O Deputado Municipal Fernando Ideias** corroborou o que o Deputado Municipal Armando Alexandre disse em relação à rotunda. Também é de opinião que a Câmara e concretamente o Sr. Presidente devem pensar em reformular aquela rotunda. Reduzi-la ou retirá-la, se for preciso, porque é uma vergonha. Além disso ela devia ter funcionado, no Verão, e não funcionou. Não fica mal, quando se cometem erros corrigi-los. Acha que era uma boa oportunidade para a Câmara

corrigir o erro. Em seguida referiu-se ao mau cheiro da vila, dizendo que vem a Ferreira do Zêzere, muitos fins-de-semana e, logo ali à sua porta, no Bairro Novo, está sempre um cheiro insuportável que sai da Comave. Pediu à Câmara, em nome de muitos habitantes da vila, que fale com a administração da Comave para resolver o problema. Esta situação afasta as pessoas da vila, e neste Verão não se via ninguém. A empresa pode resolver o problema dos cheiros com químicos ou então pode ir queimar a outro local. Já morava naquele local antes de lá estar a Comave. Relativamente à Zona Industrial perguntou como é que está a situação dos muros. ----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** saudou os presentes e em seguida deu uma palavra de apreço à sugestão feita pelo Deputado Municipal Jorge Godinho no que respeita ao envio das actas das reuniões de Câmara. Quanto à rotunda, esta está deslocada porque não devia ter sido feita antes de estarem desenvolvidas as restantes vias que ali vão dar acesso. Estão previstas uma série de ruas que vão retirar de dentro de Ferreira do Zêzere o trânsito pesado. Não tem dificuldade em passar na rotunda e não partilha as considerações estéticas que têm sido feitas, principalmente desde que as suas filhas lhe disseram que achavam muito gira a perspectiva do homem. Quanto ao site da Câmara Municipal referiu que foi feita uma apreciação pelo ISEG e Ferreira do Zêzere, no contexto das 308 Câmaras analisadas ficou posicionada em 136. Isto é dividido em vários itens e a melhor posição desta Câmara é a 61.<sup>a</sup> e diz respeito à informação sobre os eleitos; em 127.<sup>o</sup> a informação que diz respeito à Câmara; quanto à abertura ao cidadão, que em sua opinião devia ser o primeiro ponto, está em 134.<sup>o</sup> lugar. Na informação sobre o concelho está em 150.<sup>o</sup> e quanto a navegação em 201.<sup>o</sup> lugar. Não está mal mas pensa que é um bom alerta para a necessidade de descarregar algumas coisas. Sabe que a Comunidade Urbana do Médio Tejo está a desenvolver um projecto em rede a partir

do qual, por uniformização de projectos e de procedimentos, os cidadãos da Comunidade Urbana do Médio Tejo, possam descarregar impressos entre outras coisas. Enquanto isso não acontece pensa que vale a pena dar mais algum dinamismo ao site. Em seguida referiu que ia exceder o tempo que lhe estava atribuído, pois ia falar de um assunto sobre o qual ia distribuir uns documentos que considerava necessários. Informou que o tema era cultura e procedeu à leitura do seguinte: “Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela Lei; Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias em especial a destruição, deterioração ou perda de bens culturais; Todos têm o dever de valorizar o Património Cultural sem prejuízo dos seus direitos, agindo na medida das respectivas capacidades com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.” Em seguida referiu que esperava que alguém, em particular, um jovem Deputado da Assembleia Municipal muito aguerrido, tivesse proposto o agendamento da questão da Estalagem dos Vales. Mas estranhamente pairou um silêncio grande sobre o assunto. Fez referência às actas das Cortes de Lamego e referiu que não tem muitas certezas nem pretendia dar ali uma resposta exaustiva às questões, nem queria atacar, sobretudo os que não têm assento na Assembleia. Disse que ia apresentar ali alguns documentos conhecidos mas também alguns factos que não são do domínio público, para denunciar as incongruências e o discutível fundamento de algumas declarações e escritos que foram produzidos. Procedeu à leitura do artigo 11.º da Constituição da República Portuguesa sobre a epígrafe de símbolos nacionais e questionou se sabiam quem foi o célebre pintor que fez parte da Comissão que começou a estudar a

Bandeira Nacional. Informou que era Columbano Bordalo Pinheiro e acrescentou que como não era de Ferreira do Zêzere a memória começava a fraquejar. Perguntou o que é que Alfredo Keil tinha a ver com Ferreira do Zêzere e com o Hino Nacional e em seguida citou uma das pessoas que tem dado a cara pela campanha, Paulo Alcobia Neves, numa edição da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere de 1990 chamada “Colectânea Artística”, página 15 da qual distribuiu fotocópias. Em seguida informou que consultou uma série de biografias e estudos sobre Keil e nada dizem sobre a passagem dele por Ferreira do Zêzere. Um dos mais completos é “Portugal, Dicionário Histórico, Geográfico, Heráldico, Numismático e Artístico” da Romano Torres pois tem imensos pormenores. Sabe-se aliás que o Hino foi cantado no Teatro da Alegria, o que faz supor que já teria uma outra orquestração para além da pauta de piano. A questão que se coloca é que está na Internet um texto que diz que: *“Alfredo Keil passou o Verão de 1890 no Vales, perto da Frazoeira, e durante essas férias fez uma adaptação da música para que pudesse ser tocada por uma banda. A Banda da Sociedade Filarmónica Carrilense de Ferreira do Zêzere foi a primeira a executar em público o tema A Portuguesa”*. E este texto apesar de andar como anónimo tem autores e os autores chamam-se Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, e foi escrito em Julho de 1977 e tem uma razão de ter sido escrito. Nesse ano, o Ministério da Educação editou um livro no qual consta um texto que é uma adaptação para crianças e jovens daquilo que está no Ministério da Defesa Nacional e só o último parágrafo é que fala em Ferreira do Zêzere e fala porque fez chegar aos autores a “Colectânea Artística” que lhe foi oferecida pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. Questionou porque é que se insiste no site de “O Templário” em falar em berço do Hino; porque é que se difunde esse site sem o corrigir, porque é que num suposto abaixo-assinado de Luís Pedro Faria patrocinado pelo Sr. Bruno

Gomes com a 9.<sup>a</sup> assinatura e por mais quatro elementos da Comissão política do PS nas 51.<sup>a</sup>, 60.<sup>a</sup>, 100.<sup>a</sup> e 102.<sup>a</sup> posição, além do autor do livro “Colectânea Artística” se intitula “Vamos salvar o berço do Hino”; porque é que se lançou a confusão sobre o PDM. Basta ir à página da Direcção Geral do Ordenamento do Território, e está lá a lista de tudo o que existe publicado sobre o PDM de Ferreira do Zêzere e o Diário da República em que está publicado. Nem no PDM nem no seu relatório está o citado edifício. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** contestou dizendo que no relatório anexo ao PDM datado de Junho de 1995 estava referido aquele edifício. Pediu para se ausentar uns minutos para ir buscar o documento, o que lhe foi permitido.-----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** continuou perguntando se a memória destes acontecimentos que se relacionam com o edifício das Besteiras era tão forte, como é que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas em declarações ao “Correio da Manhã” via Lusa, publicadas em 24 de Setembro, disse que tinha conhecimento do valor histórico do edifício há pelo menos 6 anos e baptizou a rua ao lado de edifício de Rua da Escola. -----

-----**O Deputado Municipal Armando Alexandre** interrompeu referindo que não estava placa nenhuma naquele local. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** retomou a palavra perguntando se o célebre Hotel Lawrence em Sintra não seria mais antigo que tudo isto, e como é que foram tratados noutros PDM’s as casas de Alfredo Keil. O PDM de Sintra não refere a casa construída por Alfred Keil na Praia das Maçãs, e que tem a capela ao lado, que ele construiu, e onde está a lápide. Como é que tratou a Câmara Municipal de Lisboa a casa onde morou Garret e que era propriedade do Sr. Ministro Manuel Pinho do Governo do PS. Sobre o Rei D. Carlos disse que se tratava de mera

convicção, não acredita que um Rei viesse dormir a uma estalagem. Certo é que onde ele foi visto pelo povo foi noutra edifício existente na zona e bem conservado. Ouviu este testemunho desde pequeno, da filha e confirmado pela neta da costureira da Aninha, Violante Santos. Por outro lado questionou porque é que será que a casa que ilustra os artigos do “Correio da Manhã” e do “Jornal de Notícias” de 24 de Setembro é outra casa que não esta, e nem “O Templário”, nem o Sr. Bruno Gomes que os publicita dão nota dessa troca. Perguntou por último se os intervenientes pretendem dignificar Ferreira do Zêzere e preservar a cultura ou prestar um mau serviço a Ferreira do Zêzere e visaram colocar-se nos “holofotes”. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes** iniciou a sua intervenção dizendo que não teve tempo de preparar a Assembleia pois recebeu as coisas na quinta-feira à noite. Agradeceu o facto de terem um novo elemento na Assembleia, agradeceu também o facto de terem a Assembleia Municipal cheia, muito embora o espaço seja pequeno e agradeceu a presença da comunicação social. Continuou dizendo que depois do Partido Socialista na sua conferência de imprensa ter tornado público este caso foram feitas diversas coisas. Uma delas foi enviar uma carta à Câmara Municipal, da qual fez a leitura: *«A Comissão política Concelhia do Partido Socialista de Ferreira do Zêzere vem por este meio condenar a demolição parcial da antiga estalagem dos Vales e nesse sentido tomar o seguinte posicionamento face a este atentado contra o património cultural de Ferreira do Zêzere e do país: Considerando que a estalagem dos Vales é o berço de orquestração da “Portuguesa”, música composta por Alfredo Keil, que ali esteve hospedado em 1890 e onde residiu durante largas temporadas; considerando que o edifício, agora parcialmente demolido foi o berço do turismo cultural português, ocorreram entre 1880 e 1920 artistas consagrados como José Malhoa, António Saúl, Silva Porto,*

*João da Câmara, Taborda, Alfredo Keil, Silva Magalhães, Ferreira Chaves, José Campas, António Baieta, Carlos Reis, entre muitos outros; atendendo ao facto de ali terem subsistido até ao passado dia 18 de Julho de 2006, apesar de degradados os quartos dos artistas, o quarto do Rei D. Carlos, a cozinha da célebre Aninhas, o quintal com poço; atendendo ao facto do edifício ter sido demolido em condições ainda por esclarecer. O Partido Socialista vem solicitar à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere que abra um inquérito ao sucedido com vista a apurar a responsabilidade dos factos; que, com carácter de urgência se faça o levantamento de todo o património de interesse concelhio, para que futuramente situações destas não se repitam; que a Câmara convoque, de imediato, reunião extraordinária com vista a classificar o que resta do edifício como património de interesse concelhio; que se apure se esta demolição constitui ou não uma violação do PDM, já que o referido edifício se encontra identificado no relatório do mesmo como património não classificado, estando por isso sujeito ao estipulado, entre outros, nos artigos 27.º e 28.º.».* Acrescentou que não estava a falar naquela casa somente por Alfredo Keil. Atendendo ao facto do edifício ter sido demolido em condições ainda por esclarecer, uma vez que não viu lá nenhuma licença de demolição, poderia haver uma ilegalidade ou da parte da Câmara Municipal que eventualmente deu parecer favorável à demolição de um edifício que é um anexo ao PDM ou da parte do proprietário que demoliu sem autorização. Assim, o Partido Socialista naquela carta solicitou à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere que abrisse um processo de inquérito ao sucedido com vista a apurar a responsabilidade dos factos. Pediu também com carácter de urgência que se fizesse um levantamento de todo o património de interesse concelhio, pois a carta do património ainda não está feita, para que futuramente situações destas não se repitam. Pediu também que a Câmara

convocasse reunião extraordinária com vista a classificar o que resta do edifício como património de interesse concelhio. Pediu ainda que se apurasse se aquela demolição constitui ou não violação do PDM já que o edifício se encontra identificado no relatório anexo como património não classificado. Até ao momento a carta continua sem resposta pelo que continua a aguardar que isso aconteça. Uma vez que o Deputado Municipal que o antecedeu diz que aquilo não tem importância pediu que este lhe explicasse por que razão é que a “TVI” o “Jornal de Notícias”, o “Independente”, o “Templário”, o “Despertar do Zêzere”, a “Mega FM”, a rádio “Hertz”, órgãos de comunicação nacionais e regionais deram importância a este facto. Pediu mais uma vez que a casa não fosse focada só em Keil porque, o que o Partido Socialista quer é saber da legalidade da demolição. Não acusaram ninguém, querem sim apurar responsabilidades. Em seguida referiu que foi dito numa reunião de Câmara pelo Sr. Presidente que o proprietário da casa pediu 30.000 contos pela mesma e depois o Dr. Vereador Jacinto veio dizer no jornal “O Independente” que o proprietário pediu 6.000 contos. Perguntou quem estava a falar verdade. Seguidamente fez referência ao cruzamento que existe ao pé da rotunda da variante à Estrada Nacional junto ao Atelier de Acordeon e tem um triângulo, que não está bem preparado, pois está cheio de ervas. Na sua freguesia está colocado um caixote do lixo da Resitejo, numa curva apertada, tornando-se perigoso para quem lá vai colocar o lixo e já lá aconteceram vários acidentes, pelo que pediu que, em colaboração com a Junta de Freguesia, se escolhesse outro local e se tirassem dali aqueles contentores. Em relação à carta de património pediu que se desse andamento a isso. Pediu que no site da Câmara Municipal constasse o regulamento do PDM bem como o anexo. Quanto à comissão toponímica quem a constitui e como é que a Câmara aprovou um processo toponímico em que uma Estrada Nacional tem nome

de rua. Foi ao site do Instituto de Estradas de Portugal e aquilo ainda é uma Estrada Nacional. Fez um pedido de esclarecimento à Câmara Municipal acerca de um pedido de licenciamento para um campo de tiro no Freixial e foi-lhe dito que não existe nenhum pedido de licenciamento para um campo de tiro naquele local. Ou o campo de tiro está ilegal e a Câmara Municipal não tem conhecimento ou está legal e informaram-no mal. Chegou-lhe também um pedido de um senhor que é Membro da Assembleia de Freguesia do Bêco, que é do seu partido. No pedido o senhor refere que é Presidente do Conselho Económico da Paróquia do Bêco e que fez, em Julho de 2003, um pedido dirigido ao Presidente da Câmara Municipal para a colocação de um contentor do lixo junto da igreja, por ver que o lixo estava a ser despejado para o chão nas traseiras da mesma. Até Novembro de 2004 não teve qualquer resposta pelo que nesta data voltou a fazer novo pedido mas também não teve resposta. Posteriormente, foi eleito para Membro da Assembleia de Freguesia e voltou a fazer o pedido através da Junta de Freguesia pensando que assim seria atendido. Assim apresentou o pedido na reunião de Novembro de 2005 e em Dezembro foi informado que os contentores se encontravam no serviços da Câmara a aguardar distribuição, mas até Março não chegou nenhum ao Bêco. Então foi informado que tal se devia à falta de pessoal pelo que se prontificou para o vir buscar a Ferreira do Zêzere mas até à data não obteve resposta. Assim vem por este meio formular o mesmo pedido esperando que seja desta vez que seja atendido. O Deputado Municipal pediu que respondessem ao munícipe. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** começou por cumprimentar os presentes e lembrou que na Assembleia de Fevereiro questionou o Presidente da Câmara sobre a mudança de instalações e foi-lhe dito que em Junho possivelmente iriam mudar. Não vai questionar mais sobre isto. Ao contrário do seu colega Bruno

Gomes felicitou o Presidente da Assembleia Municipal porque têm vindo a assistir à entrega dos documentos da Assembleia, com algum tempo de antecedência além do que o regimento manda. Recebeu os documentos na segunda-feira. Também a Câmara tem enviado as actas do executivo regularmente. Deu em seguida as boas vindas ao Deputado Municipal Adriano Rebelo. Chamou a atenção para uma carta que chegou à Assembleia em 27 de Setembro enviado pelo Sr. Fernando da Silva e pediu esclarecimentos acerca daquele documento. Em seguida dirigiu-se ao Vereador Jacinto perguntando para quando seria posta a concurso a estrada do Maxial, pois na última sessão foi-lhe dito que iam tentar pôr aquele caminho em tout-venant. Lembrou que em 2003 foi aprovado pela Assembleia Municipal a estrada do Maxial bem como a estrada do Alto da Junqueira para o Lagar de S. Guilherme. Neste momento esta última está alcatroada e a do Maxial não está. Não está contra o que está feito mas perguntou o que é que pesou na decisão da Câmara em alcatroar aquele caminho em detrimento do Maxial. Como as obras na envolvente à Praça Dias Ferreira vão começar dentro de pouco tempo perguntou onde é que as pessoas, principalmente os moradores e as pessoas que se vão abastecer ao Docemel, estacionam no futuro. O comércio local vai ser afectado. Perguntou qual é a alternativa que a Câmara vai dar aos Municípios. É o segundo ano consecutivo que o Vereador Jacinto lhe promete mandar colocar manilhas na vala do Salgueiral. Perguntou quando é que isso vai de facto acontecer. Já chamou a atenção para um vidrão que estava a ocupar um lugar de estacionamento na Praça Pedro Ferreira, e que actualmente estão três ecopontos a ocupar dois estacionamentos naquele local, pelo que pediu que a situação fosse resolvida. Na Travessa Nossa Senhora do Pranto não há a funcionar. Pediu uma solução para este problema. Quanto à intervenção do Deputado Municipal Joaquim Ribeiro sobre os jovens,

perguntou se este se estava a referir a jovens dos 5 aos 12 anos ou a jovens que terminaram o 9.º ano ou o 12.º ano e estão à procura de um trabalho. Perguntou para quando o inicio da toponímia em Ferreira do Zêzere, pois estão abertos e receptivos a esse trabalho e pensa que está na altura. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** em relação ao PDM disse que a estalagem dos Vales consta no relatório anexo ao PDM, de Junho de 1995, na parte do Património ou seja, segundo o PDM é património que não pode sofrer quaisquer obras a não ser de restauro e de conservação, e não foi nada disso que aconteceu. Não sabe se o relatório tem que constar no Diário da República ou não, mas é parte integrante do PDM. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Dias** interveio referindo que o Deputado Municipal Eduardo Mendes faz o trabalho de casa, mas que comete erros como todos os Homens. Referiu que não sabe se foi ali ou não que Alfredo Keil fez o Hino e isso não lhe interessa nada, como não lhe interessa se a casa era de alvenaria, esferovite ou plástico. Mas, sabe que há dados de que ele esteve lá, de que passaram lá reis e pessoas ilustres. Logo, é algum património que o concelho tem, pelo que é de opinião que apesar de tudo é de preservar. Se fosse da bancada do PSD levantar-se-ia igualmente contra aquela demolição. Relativamente àquele assunto, não estava ali ninguém a fazer política para promover a sua personalidade ou para promover a sua figura, simplesmente estavam a lutar pelo património. Ao Deputado Joaquim Ribeiro esclareceu que, como líder da bancada do PS, não escreveu artigos nenhuns para o jornal que ele dirige. Quem escreveu foi o Sr. Bruno Gomes que é o Presidente da Concelhia do PS e não o líder da bancada. -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** começou por dar os parabéns ao Deputado Municipal Eduardo Mendes porque fez um bom trabalho de

casa. Em seguida disse que gostou muito de ouvir as palavras do líder da bancada do PS, a quem reconhece muitas capacidades para desempenhar aquele cargo, sobretudo no estilo truculento mas não ofensivo que habitualmente imprime às suas posições, e está de acordo com o que ele disse. Formalmente tem toda a razão, e só não se levanta a apoiá-lo porque pensa que, não se trata ali de ter demolido uma casa que é património de Ferreira do Zêzere. Pensa que não é uma demolição que está em jogo. Aprecia muito políticos jovens “duros de roer”, mas não aprecia políticos ingénuos. O Partido Socialista engoliu uma mentira do tamanho de um comboio, porque toda a argumentação cultural que é posta pelo PS na questão da casa dos Vales enferma de uma mentira sem olhos. Toda esta argumentação foi criada pelo seu amigo Paulo Neves. E o Dr. Paulo Neves, que em termos de heráldica é um especialista digno de toda a credibilidade, em termos de investigação histórica e cultural deixa muito a desejar. Concorda que a casa tinha a sua importância mas não devem andar a mentir uns aos outros, pois uma coisa é a especulação histórico-científica, mas o líder do PS quando agarrou no assunto com uma ingenuidade tal e o transformou numa conferência de imprensa desiludiu-o muito. Ou há muita ingenuidade ou muita vontade de usar uma mentira científica para a transformar numa verdade política. Isto é que é um crime. Informou que o investigador histórico, que esteve na base da decisão política do Deputado Bruno Gomes tomou, justifica a passagem do Rei D. Carlos pela estalagem dos Vales porque o avô, supostamente teria dito que tinha forrado, a veludo, um penico para El Rei D. Carlos. E esta é a verdade científica que prova que o Rei D. Carlos passou por cá. Quanto ao facto da comunicação social ter dado importância a isto, esclareceu que o jornalista quando está a recolher opiniões e informações, nomeadamente em entrevistas ou em conferências de imprensa, não lhe compete estar a fazer juízos de valor sobre as

declarações proferidas. Estas declarações só implicam aqueles que as fazem. Quanto ao facto de se averiguar se houve ou não licença para a demolição ou se esta foi ilegal, também está interessado em saber. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** quanto à preservação dos motivos culturais e históricos deste concelho, tem muitas dúvidas. Exemplificou com o célebre eucalipto do Ramal, que devia ter sido preservado. Outro caso foi o edifício dos Paços do Concelho, outro é a estalagem dos Vales e outros exemplos se seguirão. -----

-----**O Deputado Municipal Agostinho da Cruz** em resposta ao Deputado Municipal Bruno Gomes sobre a questão do caixote do lixo junto da Igreja Paroquial do Bêco informou que, o que o Sr. António escreveu na carta é mentira. Existe um contentor na Igreja do Bêco, que alguém da Fábrica da Igreja leva para o interior da Igreja para colocar as flores velhas quando as retiram dos altares, e depois é colocado novamente na rua para o carro do lixo despejar quando passa. Esclareceu ainda que no dia anterior houve sessão da Assembleia de Freguesia do Bêco e isto foi tudo explicado ao Sr. António. -----

-----**O Presidente d Mesa da Assembleia Municipal** antes de dar a palavra ao próximo Deputado Municipal inscrito esclareceu que na Assembleia Municipal se fazem perguntas ao Sr. Presidente da Câmara através da Mesa. Esta questão sobre o caixote do lixo é para a Assembleia de Freguesia. -----

-----**O Deputado Municipal Armando Alexandre** no uso da palavra referiu que os Deputados Municipais Eduardo Mendes e José Manuel Duarte levaram ali um brilhante trabalho histórico e cultural, mas pensa que se está a fugir ao cerne da questão. O que é mais importante é o trabalho de demolição que foi feito no edifício. O actual proprietário teria manifestado interesse em que a Câmara adquirisse o

edifício esta não o fez por falta de verbas, e depois, teria junto da Câmara tentado obter uma licença para a limpeza do edifício. Depois de toda esta história o proprietário mostrava-se bastante indignado e lamentou-se de que para obter autorização para a limpeza do edifício teria gasto mil contos para ter autorização para desbloquear o processo e mais seiscentos contos com o trabalho da máquina para a limpeza. Perguntou como é que este processo foi conduzido, se houve realmente algum processo, se houve uma licença ou se foi feito ilegal. Em sua opinião isto é que interessa ser esclarecido. Tudo o resto é palha.-----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes** concordando com o que foi dito pelo Deputado Municipal Manuel Lourenço reforçou que, a categoria de jovens não é só até aos 14 anos, é até aos 30. Não basta uma Câmara Municipal fazer uma actividade de verão para as crianças e jovens que nessa altura não têm escola. Quanto a si a Câmara tem técnicos para tal e é uma coisa que considera básica para uma Câmara Municipal e que todas fazem. O que falta são projectos de fundo, projectos pensados para trazer jovens para Ferreira do Zêzere. Exemplificou com o concelho de Alvaiázere, onde há várias actividades. Perguntou porque razão, depois de ele ter apresentado uma proposta para a criação do Conselho Municipal de Juventude, a bancada do PSD apresentou uma outra e depois disto, vêm alterar proposta apresentada, utilizando também a sua. Considera isto jogo sujo. Quanto ao facto do Deputado Municipal Eduardo Mendes ter dito que ele precisava de fama, respondeu que tem 21 anos, estuda e trabalha e não assumiu a liderança de um partido para ter fama. Referiu que ele não tinha noção do que a liderança do partido afecta a sua vida pessoal, pois se tivesse, não diria aquilo. É líder do Partido Socialista não pelas suas capacidades, porque existem pessoas com muitas mais, mas por querer fazer mais, para defender o seu partido e para que situações como a

do Bruno Silva a quem não quiseram dar um PDM, não voltem a acontecer. Pediu que ficasse claro que, enquanto for líder do PS, situações como a suposta demolição ilegal da Estalagem dos Vales e outras mais, vão ser tornadas públicas e vão ser objecto de discussão. Existem Leis e Regulamentos que são para serem cumpridos. Tudo o que disse ali, tudo o que foi dito na conferência de imprensa pode ser provado. Pode ser novo e até ingénua mas não anda ali a brincar. Quanto ao facto de terem dito que o Partido Socialista foi “usado” pelo Dr. Paulo Neves respondeu que um político não tem o dever de saber de tudo, portanto o PS da concelhia de Ferreira do Zêzere, quando achar que não tem pessoas capazes dentro da estrutura para avaliar este ou aquele assunto recorre sempre a técnicos especializados para o fazer.

**O Deputado Municipal Francisco Baptista** interveio referindo que cada vez estava mais triste por determinados artigos que vê no jornal. O Deputado Municipal Bruno Gomes disse que a sua freguesia tinha apenas 300 eleitores, no entanto tem muito mais do que 400. O referido Deputado Municipal também esteve na sessão da Assembleia da sua Freguesia, foi-lhe dada a palavra como cidadão, mas não tinha nada para dizer, e em determinada altura em que estavam a ser discutidos assuntos da freguesia, meteu a “colher”.-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio referindo que aqueles assuntos não eram para serem tratados na Assembleia Municipal e passou a palavra a outra pessoa.-----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** usou a palavra para explicar como é que um bem cultural entra na esfera da protecção legal. Quando se faz um PDM automaticamente têm que entrar nesse processo os bens que já foram reconhecidos e, os outros bens que se entenda que também têm valor, são designados de “bens a classificar”. No PDM de Ferreira do Zêzere, Diário da

República de 08 de Setembro de 2001, diz que há-de ser feita uma carta, mas não está lá nenhum anexo. Esteve na discussão do PDM e de facto nessa altura havia um documento, atribuído ao Paulo Neves, em que este referiu uma série de coisas que ele achava importante que viessem a constar numa carta de património. Essa carta de património não foi feita, logo esse documento, infelizmente vale zero. Deixou o apelo à Câmara e também ao PS para que dêem origem aos procedimentos que estão no artigo 23.º da Lei do Património e avancem com as propostas.-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** constatou que se tem falado ali demasiadas vezes no Paulo Neves, que não está presente para se defender. Se ele lhe solicitar para que possa intervir numa Assembleia, dar-lhe-á permissão para isso. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes** em relação às sessões das Assembleias de Freguesia disse que ia estar presente em algumas, pois acha que tem esse dever cívico enquanto cidadão comum, enquanto Deputado Municipal e enquanto líder do seu partido. Na Assembleia de Freguesia de Pias, a determinada altura foi dito pelo Presidente da Junta, presente na mesma como Deputado Municipal, que ele poderia pressionar a Câmara Municipal para que fosse movido o contentor do lixo daquele local. O que disse foi que, como Deputado Municipal, tudo faria para defender as Pias, entretanto ia a meio da conversa e o Sr. Presidente da Junta disse que ou ele se calava ou saía para a rua. E o que fez foi calar-se. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** respondendo às questões entretanto colocadas informou, no que se refere à colocação de ecopontos, que a Resitejo está a cumprir o estabelecido no contrato e exigido a nível da Comunidade Europeia. Os ecopontos devem ter um rácio de 1/500 habitante, e em Ferreira do Zêzere estão com rácio de 1/400. O que se verifica é que o concelho é muito

disperso, logo dá ideia que existem poucos ecopontos. Acrescentou que há uma candidatura em que é objectivo a curto prazo que o rácio seja alterado de 1/250.-----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** interveio dizendo que os ecopontos nem sempre são completos.-----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** continuou confirmando que era verdade mas que essa situação estava a ser verificada, reprogramada e reenquadrada naquela candidatura. O ideal seria terem tudo completo, mas como até ao momento não foi conseguido vão distribuindo com alguma habilidade os contentores. Agradeceu ao Deputado Municipal Jorge Godinho a proposta que este fez quanto ao envio das actas do executivo. Quanto à rotunda disse que o Deputado Municipal Armando Alexandre também já tinha sido abrangido pelo vírus que atingiu o Deputado Municipal Bruno Gomes, pois também já fica envergonhado com algumas coisas. Às questões: quem projectou? Se houve alterações? Largura da via e custo da obra? Irá fazer chegar essa informação ao Deputado pois não tem ali dados para responder. O proprietário do edifício dos Vales tentou vender o edifício à Câmara, foi verdade, mas pediu 30 000 contos. Nunca disse à comunicação social que eram 6 000 contos que o proprietário pediu. Quanto à fábrica da biomassa a Câmara não disse que ia ser instalada uma fábrica, o que deu a conhecer foi que tinha havido um pedido de terreno em que a Câmara se disponibilizou para fornecer o terreno e para elaborar um protocolo de modo enquadrar a situação. A situação não se concretizou. Tudo indica que o promotor não teve capacidade ou financeira ou negocial para trazer este investimento para o concelho. Tudo o que estava previsto para esta zona era difícil de trazer porque o ponto de entrega de luz, em alta, está na Sertã, e levar a electricidade, em alta, de Águas Belas para a Sertã tem custos elevados. Em seguida, no que se refere à estalagem dos Vales lembrou que o Deputado Municipal Armando

Alexandre disse que o proprietário se queixa que gastou mil contos. Pediu para o Deputado esclarecer em que é que o proprietário gastou mil contos.-----

-----**O Deputado Municipal Armando Alexandre** respondeu que era para desbloquear o processo. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** retomou a palavra dizendo que a expressão “desbloquear o processo” é indiciadora de corrupção, pelo que faz questão que fique em acta. Pediu em seguida para que logo que a acta esteja aprovada, e pediu que seja aprovada em minuta, lhe forneçam um extracto da mesma, para tomar os devidos procedimentos, pois alguém vai ter que responder por aquela afirmação. Agradeceu ao Deputado Municipal Manuel Dias a sua preocupação ambiental, a qual a Câmara também partilha, no entanto esclareceu que a competência de vigiar o local é da GNR e não da Câmara, mas não deixarão de o fazer sempre que possível. Quanto à movimentação de terras, as pessoas licenciaram, houve inicialmente um licenciamento em que não foi acautelada a altura máxima e o proprietário exagerou. A partir daí foi delimitada a altura máxima. Quanto aos maus cheiros a Câmara faz o que pode. O que provoca os cheiros está licenciado e não é pela Câmara. A proposta para a elaboração de festas e grandes feiras será uma situação a ponderar e quando acharem que há condições financeiras e que, a realização destas actividades é de facto benéfica para a estrutura económica do concelho e para os Ferreirenses com certeza que as farão. Quanto ao cinema a empresa abandonou a exploração porque não era rentável e até ao momento ainda não conseguiram encontrar nenhuma empresa que se mostre com disponibilidade para fazer a exploração. A fonte luminosa da rotunda não esteve a funcionar porque se detectou que havia uma rotura. Reclamou-se junto do empreiteiro para ele resolver o problema. Ele tentou através de uma impermeabilização mas não

resolveu. Vai ter que arrancar todo o mármore e colocá-lo de novo de modo a ficar estanque. A rotunda está dimensionada para o tráfego que lá passa. Está feito um estudo de tráfego e está prevista a retirada dos pesados na vila. Quando isso acontecer a dimensão da rotunda será mais do que suficiente para fazer a gestão do trânsito que por ali passa. Quanto aos muros da Zona Industrial foi contratada uma empresa especialista na matéria para fazer a monitorização, de modo a saberem se está tudo bem, e se não estiver, ver o que é que está mal e se já abateu o que tinha a abater ou se há perspectivas de haver novos abatimentos. Quanto ao site da Câmara não é dos melhores nem é dos piores, mas irá sofrer uma grande mudança com o Médio Tejo Digital, com a entrada do portal regional e depois com os vários portais das Câmaras. A Carta do Património está neste momento a ser criada e virá em devido tempo à Assembleia Municipal para esta se pronunciar sobre a mesma, pois não fazia sentido no próximo PDM, um PDM de 2.<sup>a</sup> geração, não haver Carta do Património. Quanto à carta do PS que ainda não teve resposta, questiona se a Câmara terá mesmo que responder porque não sabe com que base legal o PS fez aquele pedido. Quanto ao triângulo no cruzamento junto ao Atelier de Acordeon é verdade que está a precisar de uma limpeza, e de ser reformulado, incluindo a própria sinalização. Esta vai ser reformulada brevemente. Quanto ao ecoponto que o Deputado Municipal falou e que se encontra na curva não há grandes alternativas, a não ser junto da casa mortuária. No que respeita à Comissão de Toponímia e à dúvida da Estrada ser Nacional ou Municipal informou que tinha ali o auto de transferência da estrada para a Câmara Municipal, e se alguém quisesse facultava fotocópia. Informou que no Freixial não há nenhum campo de tiro. Informou também que estava a decorrer o processo para a aquisição de mobiliário para o edifício dos Paços do Concelho pelo que provavelmente na próxima Assembleia

Municipal estariam lá. Pediu para que, se possível, a carta do Sr. Fernando Silva fosse lida.-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da carta, concluindo que o Sr. não pergunta nada, apenas informa a Câmara do que aconteceu.-----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** retomou a palavra e informou que a estrada do Maxial estava em Plano de Actividades desde 2003, como tantas outras que continuam em Plano de Actividades e infelizmente irão continuar mais um ano ou dois porque estão com dificuldades financeiras. Quanto à vala do Salgueiral tentarão que este Inverno fique o problema resolvido. Os vidrões na Praça Pedro Ferreira não estão no melhor local mas, ao mudá-los vai ser para fora daquela zona e as pessoas não vão gostar. O vidrão tem que estar perto da estrada porque é tirado com uma grua, e também se estiver lá um carro estacionado corre o risco de caírem alguns bocados de vidro para cima do carro. Na última reunião de Câmara já se aprovou o projecto para a construção do pontão que vai ligar a zona entre a Tipal e a Churrasqueira do Penim à zona do Mercado.-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** perguntou porque é que continuam a ter três camionetas com tractores em exposição, à Segunda-feira, junto ao Penim, a ocupar estacionamentos. Não tem cabimento. Deviam ter um espaço apropriado para expor.-----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** prosseguiu referindo que na Travessa Nossa Sra. do Pranto, os candeeiros têm dado alguns problemas pois trata-se de um modelo que, infelizmente, tem um sistema que obriga a um determinado tipo de lâmpadas que não tem sido fácil arranjar no mercado. Estão a negociar com o empreiteiro para ele reformular o interior dos candeeiros, para pôr lâmpadas mais

correntes. Quanto à toponímia a Junta de Freguesia de Ferreira também pode iniciar o processo à imagem e semelhança do que já fizeram Águas Belas, Areias e Dornes. O próprio regulamento permite que seja a Junta de Freguesia a ter iniciativa e a Câmara ajuda no que for necessário. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concedeu dez minutos de intervalo antes de entrarem no Período da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto: - Análise, discussão e votação da alteração ao Regulamento de cedência de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou de serviços na Zona Industrial de Lameiras, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** usou a palavra referindo que aquando da primeira apresentação do Regulamento de Cedência de Lotes de Terreno sugeriu um ou outro ponto, mas em linhas gerais estava de acordo com o que tinha sido feito, até porque testou com vários elementos a formula de cálculo. Também não discorda desta alteração e acha que em termos de proposta e de Regulamento é razoável, só que, tanto quanto sabe já foi aprovado em reunião de Câmara a criação do Gabinete do Empresário e a principal função desse gabinete será a publicitação, divulgação e publicidade que a Zona Industrial terá que ter. Durante o período de Verão, não viu nada a nível de Câmara que chamasse a atenção dos empresários para a nova área industrial que o concelho possui. Pediu à Câmara que efective o referido Gabinete e que ponha mãos à obra para publicitar que a Zona Industrial se encontra pronta, que já existe um regulamento, de forma a dinamizar aquela área. Pensa que a Câmara deve esforçar-se para que toda a gente da área do concelho e zonas

envolventes saibam que existe ali uma Zona Industrial à espera de ser utilizada. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** em resposta referiu que era claro que é ideia da Câmara dar a conhecer a Zona Industrial e a existência de lotes para ceder a preços irrisórios. No entanto existem ainda alguns constrangimentos que se prendem com a posse dos terrenos uma vez que o processo das expropriações decorre ainda em tribunal. Até que não se consigam ter todos os terrenos em nome da Câmara para unificar tudo num terreno e depois dividir em lotes, têm problemas porque, às empresas que necessitem de hipotecar lotes, não se podem ceder os mesmos. Existem lotes físicos, mas administrativamente não. Para as empresas que não necessitem de hipotecar o lote para se instalarem há-de ser falado, em reunião de Câmara, um mecanismo legal que dê cobertura à instalação da empresa.-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** informou que teve conhecimento de duas situações que se passaram com dois municípios que pretendiam que a Câmara lhe cedesse terreno para instalação de armazéns, e a Câmara está a dificultar dando preferência à instalação de fábricas. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** lembrou que o Regulamento tem preços a 50,00 € para quem quer instalar armazéns, e isso foi aprovado pela Assembleia. -----

-----**Analisada a Alteração ao Regulamento de cedências de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou serviços na Zona Industrial de Lameiras a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a referida alteração ao Regulamento.**-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu em seguida à leitura de uma proposta apresentada pelos Deputados Municipais Bruno Silva e Fernando da Conceição Ribeiro e que diz o seguinte: «*Os Deputados Municipais*

*abaixo assinados, vêm por este meio propor à Assembleia Municipal, que elabore um documento/certificado alusivo às reuniões das Assembleias Municipais realizadas nas freguesias das Pias e Chãos, por se tratarem das duas primeiras Assembleias realizadas fora da sede do concelho. Propõe-se também igual tratamento quando houver as referidas reuniões noutras freguesias do concelho.».*---

-----**Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

-----**2.º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de 178.887,00 € (cento e setenta e oito mil oitocentos e oitenta e sete euros) nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Dias** interveio neste ponto dizendo que este empréstimo, ao que consta, se destina à conclusão de obras no Parque Industrial. Teme que o Parque Industrial seja um elefante branco sorvedor do dinheiro, esclarecendo que não quer o mal do Parque Industrial, e espera estar enganado. No entanto, face à conjuntura económica que se avizinha com, cada vez maior desaceleração da economia, teme que estes pedidos de empréstimo estejam a comprometer demasiadamente. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** no uso da palavra perguntou se a Câmara ainda estava autorizada a endividar-se neste montante. Perguntou também a que é que se destina a este dinheiro.-----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** respondeu de imediato ao Deputado Municipal que o antecedeu referindo que na informação anexa ao pedido de autorização para contracção de empréstimo consta que a Câmara pode contrair aquele empréstimo e que o dinheiro se destina a obras na Zona Industrial. -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** referiu que era evidente que compartilha sempre as preocupações relativamente a empréstimos e sobretudo sabendo os tempos que aí vêm e o que está a ser preparado para as autarquias locais a muito curto prazo. Foi com uma certa satisfação e tranquilidade que foi informado pelo Vereador Jacinto que mesmo com a entrada da nova Lei em vigor, a Câmara de Ferreira do Zêzere não seria das Câmaras impedidas de contrair novos empréstimos. Isto mostra que a situação da Câmara é muito diferente das outras 200 que a nível nacional vão ficar impedidas de contrair empréstimos.-----

-----**O Deputado Municipal Joaquim Ribeiro** referiu que ia repetir o que o Deputado Municipal que o antecedeu já disse. Fica satisfeito, não pelo contrair de mais um empréstimo mas, por saber que a Câmara de Municipal de Ferreira do Zêzere faz parte das 30% que ainda podem contrair empréstimos.-----

-----**Analisado o pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de 178.887,00 € (cento e setenta e oito mil oitocentos e oitenta e sete euros), para investir na Zona Industrial a Assembleia Municipal deliberou por maioria com treze votos a favor e oito abstenções aprovar a contracção do referido empréstimo e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.**-----

-----**3.º Ponto: - Análise, discussão e votação da alteração do Quadro de Pessoal ao abrigo da alínea o), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Fernando Ideias** pediu mais informação acerca dos argumentos para criar mais um quadro superior no que diz respeito à informática. Perguntou porque não criar mais um quadro intermédio. Os quadros

intermédios já têm formação na área da programação. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** explicou que ninguém gosta de concorrer para um lugar em que não tem perspectivas de evoluir na carreira. E a Câmara quer ter técnicos especializados, logo não pode cair em contra senso. No Quadro de Pessoal existe a carreira de técnico especialista em todas as áreas e na área de informática não existe. É claro que um técnico intermédio tem capacidade suficiente para o lugar mas, se não houver condições em que um técnico veja que pode evoluir, os bons técnicos não vêm para o concelho. Explicou que há o Médio Tejo Digital, todas as escolas têm computador, há o espaço Internet, há um projecto grande na biblioteca, os Jardins-de-infância vão ser informatizados. Neste momento a biblioteca já tem um espaço wireless, que ainda não está divulgado porque o Médio Tejo ainda não enviou as placas correspondentes. Dentro de dias irá ser criado um espaço wireless à volta da biblioteca. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** referiu que aceitava os argumentos dados pelo Vereador Jacinto, ou seja a existência de uma carreira que tenha hipótese de promoção, e o interesse da Câmara nas novas tecnologias. Perguntou se já há alguém contratado a trabalhar na área da informática ou se é alguma empresa do exterior que trata destes assuntos. Às vezes não é necessário promover estes novos quadros de pessoal, pois as coisas podem-se resolver ou com a prata da casa ou com a cedência dos serviços a terceiros mais especializados. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** esclareceu que na fase inicial e durante algum tempo foi ele quem resolveu os problemas informáticos da Câmara Municipal, mas começaram a ter apoio de uma empresa externa que foi dando assistência. Com a entrada do informático que existe agora na Câmara, este assumiu o que era feito pela empresa externa. -----

**Analisado o pedido de alteração do Quadro de Pessoal, com a criação da Carreira de Especialista de Informática, dotada com um lugar, a Assembleia Municipal deliberou por maioria com dezanove votos a favor e duas abstenções aprovar a referida alteração do Quadro de Pessoal e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----**

**-----4.º Ponto: - Análise, discussão e votação da fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2007, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----**

**-----Não havendo intervenções neste ponto foi de imediato colocado a votação.--**

**-----Analisada a fixação de Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis – Fixação de Taxas para o Ano de 2007 a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte votos a favor e uma abstenção fixar as seguintes taxas para o ano de 2007, de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 22 de Novembro: b)Fixar em 0,5%; c) Fixar em 0,2%. A mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.-----**

**-----5.º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de Isenção do I.M.T. requerido pela empresa “Serralharia Carrilense, Lda.” de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, ao abrigo da alínea g), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----**

**-----O Deputado Municipal Bruno Silva interveio referindo que tem conhecimento que a Serralharia Carrilense não está muito bem licenciada e tem algumas lacunas legais, inclusivamente no que respeita às instalações onde funciona. É sua opinião que não devem aprovar a isenção de um imposto a uma firma que não**

esteja devidamente dentro da Lei. Propôs que se aferissem primeiro as condições de legalidade das instalações e afins desta serralharia e que depois aprovassem a isenção pedida. -----

-----**O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia** no uso da palavra pretendeu esclarecer que a isenção aparece depois de haver uma escritura, e a escritura não é feita se não houver documentos válidos. Naquele ponto, aquela questão em termos legais, não se coloca. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** repetiu que tinha conhecimento que as instalações no Carril, onde esta serralharia está localizada não estão legalizadas para serralharia. Estão para armazém e isto é, de certa forma falsear a verdade porque ali labora uma serralharia, não um armazém de apoio. -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** a respeito deste assunto disse que não sabe se as serralharias podem trabalhar ou não sem um regime jurídico específico, mas não importa ali na Assembleia Municipal. A questão concreta que estão a tratar é uma questão de direito fiscal e não de direito administrativo. Em termos de direito fiscal o Governo criou uma isenção para as empresas que se colocassem numa determinada situação, num determinado momento. A Câmara Municipal para promover o desenvolvimento interior abdica, fiscalmente, de uma receita. O executivo não pode prescindir de uma receita sem a Assembleia Municipal votar favoravelmente. A responsabilidade dos Deputados da Assembleia ali, é somente autorizar o executivo a prescindir de uma receita. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** referiu que na situação da escritura, quando se quer comprar um imóvel, neste caso um armazém, é só preciso ter o número do artigo e a documentação pois não vão ver qual é o destino do mesmo. Compreende o Deputado Municipal Bruno Silva. Não devem cair naquelas

isenções que depois até podem ser usadas contra a Câmara com frases do tipo “até a Câmara me isentou para uma serralharia.”. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** interveio dizendo que a própria Lei é clara. A empresa hoje é uma serralharia, mas se de futuro mudar de ramo tem que devolver o benefício. Ali só está escrito serralharia por isto. Ao estar escrito “serralharia” no pedido de isenção não significa que se esteja a licenciar uma serralharia. -----

-----**Analisado o pedido de isenção do I.M.T. requerido pela empresa “Serralharia Carrilense, Lda.”, relativamente à aquisição de um armazém, sito em Botica – Carril, freguesia de Dornes e que se destina à actividade de serralharia civil, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com dezassete votos a favor, três abstenções e um voto contra aprovar o referido pedido de isenção do I.M.T. e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.** -----

-----**6.º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de Isenção do I.M.T. requerido pelo restaurante “A Grelha do Zêzere, Lda.” de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, ao abrigo da alínea g), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

**Analisado o pedido de isenção do I.M.T. requerido pelo Restaurante A Grelha do Zêzere, Lda., relativamente à aquisição de um edifício, sito na Rua Maria Vasques, em Ferreira do Zêzere e que se destina a restaurante, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte votos a favor e uma abstenção aprovar o referido pedido de isenção do I.M.T. e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.** -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** perguntou ao Deputado Municipal Bruno Silva se este sabia se o Restaurante “A Grelha” estava a funcionar legalmente. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** em resposta disse que como não sabia vota a favor porque está na Lei. No ponto anterior sabia que estava mal por isso votou contra. -----

-----**7.º Ponto: - Análise, discussão e votação das propostas para criação do Conselho Municipal da Juventude.** -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** antes de dar a palavra aos inscritos disse que uma das propostas foi feita por Bruno José da Graça Gomes, como representante da Juventude Socialista. Ora na Assembleia Municipal quem tem que fazer propostas são os Membros da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes** mais uma vez referiu que era salutar o facto de serem apresentadas duas propostas para um órgão que tem como missão dinamizar as questões dos jovens. Entristece-o no entanto o facto da bancada do PSD ter apresentado uma nova proposta que vem substituir a última apresentada, e também o entristece o facto de só a ter recebido na Quinta- Feira anterior à sessão, o que lhe deu falta de tempo para melhorar a sua. Considera que é um acto de má fé, que é um pouco jogo sujo. Propôs que aquele ponto passasse para a próxima Assembleia Municipal a fim de poderem melhorar aquela proposta ou até, juntarem as duas propostas e utilizarem aquilo que cada uma tem de melhor. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** dirigiu-se ao Deputado Municipal que o antecedeu dizendo-lhe que este tem a mania de caluniar as pessoas, mas deve acautelar-se com isso. Esclareceu que foi o primeiro subscritor daquela

proposta e quem fez aquele trabalho com ele foi um elemento da JSD. Informou que tinha ali um requerimento pronto para entregar na Mesa que lhe cortava imediatamente o “piu”, para ele aprender a trabalhar decentemente e não chamar ignorantes aos outros. Disse em seguida que não o ia apresentar mas entregava-o à bancada do PS para saberem que estava feito. Com aquele requerimento a proposta apresentada pelo Deputado Municipal Bruno Gomes era retirada de votação porque apresentou-a numa qualidade que não tem acesso na Assembleia. Em seguida esclareceu que entre a proposta inicial do PSD e a proposta que ali estava para votação saiu uma Lei sobre a regulamentação das Associações Juvenis que definiu melhor do que estava na proposta inicial, quem são as entidades que fazem parte das Associações Juvenis. Também mostrou à bancada do PS a proposta inicial do PSD e as alterações que ela sofreu assinaladas a vermelho. Em seguida pediu ao Presidente da Mesa da Assembleia para proceder à leitura da carta que os proponentes da bancada do PSD dirigiram e em que explicam as razões porque trocaram a proposta. Não foi para passar rasteiras a ninguém, foi para melhorar porque a proposta que o PSD tinha apresentado tinha algumas lacunas formais. Pediu ao Deputado Municipal Bruno Gomes que não voltasse a fazer juízos de intenção nesta casa e a acusar as pessoas daquilo que não tem razão e que, neste caso, é manifestamente falso. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da carta: *«Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata abaixo assinados solicitam a V. Exa. que: a) seja retirada do agendamento a proposta de criação do Conselho Municipal de Juventude apresentada na reunião de 24 de Junho de 2006 por ser constatada a vantagem de a compatibilizar com a recente publicação da Lei n.º 23/2006, de 28 de Junho, relativa a Associativismo Juvenil e melhorar alguns aspectos formais da redacção;*

*b) seja incluída em substituição do documento referido na alínea anterior a proposta de deliberação a recomendar à Câmara Municipal a criação do Conselho Municipal de Juventude e que inclui a proposta de Regulamento respectivo que se anexa.».* -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** relativamente às duas propostas disse que não percebia o nervosismo do Deputado Municipal Bruno Gomes com a expressão de “jogo sujo”. Pensa que é importante a existência de um regulamento e aliás, apresentou uma proposta relativamente a Juventude e quando lhe disseram que não se justificava porque as coisas tinham de ser feitas de outra maneira e que ia haver um Conselho Municipal da Juventude, considerou perfeitamente lógico. Pensa que têm que estar ali com espírito de serenidade e de trabalho. Em nome da Democracia agradeceu ao Deputado Municipal Eduardo Mendes o facto de não ter entregue o requerimento à mesa que excluiria a proposta apresentada pelo Deputado Municipal Bruno Gomes.-----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** usou a palavra dizendo que a segunda proposta apresentada pela bancada do PSD não podia ser votada porque tinha erros de forma. Por exemplo no artigo 8.º n.º 2 depois da conjugação do artigo 2.º com o artigo 8.º, tira-se a elação de que o Sr. Presidente da Câmara vai apresentar propostas ao Sr. Presidente da Câmara. Isto não faz sentido, e o Conselho da Juventude para si é uma coisa muito séria. Sugeriu que se nomeasse uma comissão para fazer uma proposta como deve ser.-----

-----**O Deputado Municipal Armando Alexandre** interveio referindo que antes daquela proposta ser posta a votação devia ter sido lida a carta que a acompanhou a invocar as razões da mesma e evitavam-se aqueles “*diz que disse*” que não têm sentido. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes** propôs a criação de uma comissão que possa fazer um Conselho Municipal da Juventude que seja correcto. Retirou em seguida a sua proposta e disse ao Deputado Municipal Eduardo Mendes que ele não era ninguém para o querer intimidar, para lhe querer meter medo ou para lhe dar ordens. - -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** concordou que de facto existem erros materiais na proposta. Quem trabalha com computadores e costuma fazer formatação automática percebe o que aconteceu. De qualquer modo é um lapso grave do qual se penitencia. Comprometeu-se a rever a formatação e a manter a proposta tal como ela está. A proposta do PSD reflecte a posição da JSD, diverge de outras propostas pelo que não está interessado em que depois de tudo ainda vá para uma comissão para discutir aquilo que não tem discussão. A discussão é ali. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** propôs que se retirassem as duas propostas e que ambas as bancadas apresentassem outras na próxima Assembleia. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** propôs também que a Assembleia pedisse à Juventude Socialista, à Juventude Social Democrata, à Associação de Estudantes em conjunto com o Presidente da Assembleia fizessem parte e em conjunto fizessem uma proposta única para ser aprovada. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** esclareceu que aquela proposta é uma sugestão à Câmara. A Câmara é que tem que aprovar o regulamento e depois é que vai à Assembleia para aprovação. A Assembleia não tem capacidade jurídica para instituir um órgão. Assim mantém a proposta tal qual está, com as devidas correcções técnicas. -----

----- **8.º Ponto: - Análise, discussão e tomada de posição acerca dos seguintes**

**assuntos relevantes para o concelho:**-----

**a) Saúde;**-----

**b) Segurança;**-----

**c) Justiça;**-----

**d) Educação**-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Dias** interveio neste ponto dizendo que, em sua opinião, os temas são muito sérios, pelo que ficariam bem se discutidos numa sessão de Assembleia só para estes assuntos.-----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** subscreveu as palavras do Deputado Municipal que o antecedeu. Em relação à questão da Saúde, disse que foi consensual, na Comunidade Urbana, uma proposta no sentido de fazer chegar à administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo uma Moção onde se propunha que houvesse a valência de pediatria em Tomar, em Abrantes e em Torres Novas. Crê que, enquanto Assembleia Municipal, deviam também por escrito, enviar à administração do Centro Hospitalar, uma medida deste género, em que se mostrassem contra, não à ida da pediatria para Abrantes, mas ao fecho dela em Tomar. A questão é um pouco mais profunda, pois só pode haver aquela valência num dos hospitais devido há falta de médicos, e estes faltam porque há poucas vagas nas universidades, porque as médias para o curso de medicina são altíssimas. Trata-se um problema estrutural, um problema político que nenhum dos que esteve no Governo até hoje conseguiu resolver porque PS e PSD têm cedido ao “lobby” da Ordem dos Médicos que é muito forte. -----

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** em relação à Educação lembrou que no ano lectivo 2005/2006 foi leccionada a disciplina de inglês aos alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico de todas as escolas do concelho. Neste

momento, já teve início o ano lectivo 2006/2007 e não há aulas de inglês. Questionou o que é que se passa. Verificou na informação escrita do Sr. Presidente que a Câmara disponibilizou, de acordo com o despacho n.º 12591/2006 da Ministra da Educação, todos os meios humanos necessários. Se há meios humanos para essas actividades de enriquecimento curricular perguntou porque é que não estão a funcionar. -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** referiu que queria intervir em relação à justiça mas que estava tudo um pouco confuso. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** esclareceu que quando pediu a inscrição daqueles pontos na Ordem de Trabalhos era sua ideia clara que fossem mais do que um ponto, mas serem alíneas do mesmo ponto não o preocupa. Em seguida congratulou-se que o PS tenha achado aqueles temas suficientemente importantes, e perguntou, se os acharam suficientemente importantes porque não pediram o agendamento deles. Obviamente os temas já foram debatidos internamente no PSD, e têm quatro Moções para apresentar. Acrescentou ainda que a Moção a apresentar sobre a Saúde, contemplava exactamente a proposta do Deputado Municipal Bruno Silva. Assim, propôs que abrissem debate, ou seja o PSD punha em cima da mesa as Moções que tinham feito e se achassem que valia a pena, as Moções seguiam. Se fossem rejeitadas teriam de pensar noutra forma de abordar o assunto. Pensa que as Moções nos termos em que estão redigidas alertam suficientemente e não são acusatórias em termos de agressividade político partidária. Continuou fazendo a leitura da Moção referente à Educação: *«A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, considerando que a construção do Núcleo Escolar de Areias é uma necessidade para a melhoria das condições de educação das crianças do 1.º ciclo do ensino básico a frequentar actualmente escolas dispersas;*

*tendo em conta que a construção de tal equipamento está de acordo com as directrizes do Ministério da Educação; constatando que a obra está a ser executada pela Câmara Municipal sem qualquer participação da Administração Central, estando nesta altura a cerca de metade da sua conclusão e que o Presidente da Câmara vem declarar que tem dificuldade em assegurar as verbas necessárias à sua finalização, podendo mesmo vir a suspender a execução deste projecto; Decidiu: 1. Solicitar ao senhor Governador Civil de Santarém, representante do Governo, (art.º 261 n.º 3 da CRP) que informe este da necessidade de apoiar o município por forma a que seja possível concluir o empreendimento em causa. 2. Dar conhecimento desta moção à Direcção Regional de Educação de Lisboa e aos municípios, através da comunicação social.».* -----

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** perguntou se não houve participação para esta obra. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** respondeu que houve participação de 42 % do FEDER, mas não houve participação do Estado. ----

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** lembrou que na última sessão colocou a questão relativa aos ciclos de ensino abrangidos e até recebeu uma resposta que dizia que possivelmente seriam também o 2.º e o 3.º ciclo. Ficou com a dúvida se o Centro Escolar na actual proposta se destina só ao 1.º ciclo. -----

-----**O Deputado Municipal Fernando Ideias** solicitou o uso da palavra dizendo que a bancada do PS esteve a falar sobre a moção apresentada, considerou que tem nexos em ser apresentada e apoiam-na. Questionou em seguida se a Câmara estava, eventualmente, a pensar vender os antigos edifícios das escolas. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** disse que a Câmara já uma vez pensou fazer isso mas a Assembleia Municipal não aprovou. No entanto não quer

dizer que passados vários anos não se repense a situação. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** foi de opinião que a Câmara Municipal tente saber junto a quem de direito se pode vender os edifícios.----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** em relação à questão da venda dos edifícios pensa que depende da época em que foram construídos. Uns são do Estado e outros são da Câmara, e o Estado anda com a colaboração do Instituto Nacional de Estatística a fazer o levantamento dos bens que tem.-----

-----**O Deputado Municipal Armando Alexandre** acrescentou que os edifícios desocupados deixam de ter funcionalidade e, em vez de estarem a degradar-se e a perder valor seria de toda a utilidade que a Câmara os tentasse vender e fazer verba.--

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** disse que recebeu a documentação na quinta-feira à noite e não teve tempo de analisar. Perguntou, se relativamente à pressão que querem exercer, se é só ao Governador Civil. Pensa que devia ser também ao Ministério da Educação.-----

-----**Colocada a votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.**-----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** leu em seguida a Moção respeitante à Justiça: *«A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, considerando os rumores que apontam para a possibilidade de vir a ser extinto o Tribunal da Comarca de Ferreira do Zêzere decidiu: 1. Solicitar ao senhor Governador Civil de Santarém, representante do Governo, (art.º 291 da CRP) que informe este das suas preocupações da Assembleia Municipal, porque a extinção do Tribunal reduziria a capacidade de acesso à justiça por parte dos cidadãos com menos recursos e com menos mobilidade, porque tal medida a ser tomada iria enfraquecer o concelho, diminuindo a contribuição dos agentes da justiça na actividade económica local (escritórios, comércio, restauração, etc.) e porque a não fixação de profissionais*

*altamente qualificados também empobreceria o tecido social e cultural. 2. Habilitar o executivo municipal com este parecer negativo, para a eventualidade de vir a se consultado sobre o assunto. 3. Apoiar desde já as diligências e tomadas de posição que possam vir a ser tomadas no sentido da continuidade do funcionamento do Tribunal em Ferreira do Zêzere. 4. Dar conhecimento desta moção aos munícipes através da comunicação social.» -----*

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** interveio congratulando-se pela maneira como a bancada do PS viu, interpretou e votou as moções. Ainda há poucos dias em conversa com um autarca do PS, este lhe disse que a guerra não era entre PSD e PS, a guerra era mais do que nunca entre litoral e interior. Aquilo a que irão assistir nos próximos tempos configura isto. Em termos de Reforma Administrativa e de Justiça parece-lhe que PS e PSD já se entenderam. Quem se prejudica é o interior e, Ferreira do Zêzere está no topo desse interior para perder o Tribunal. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** sobre a questão do Tribunal mostrou-se muito pessimista, pois o concelho de Ferreira do Zêzere depende da área judicial de Coimbra. Nessa lista Ferreira do Zêzere está em 9.º a contar do fim. Julgam-se em Ferreira cerca de 300 processos por ano. A área de actuação do Tribunal de Coimbra vai desde Ferreira do Zêzere até ao Rio Douro. Por isto está convencido que todos os tribunais que tenham menos de 500 processos por ano vão ser fechados. Questionou até que ponto é que ao aprovarem a moção podiam travar aquele processo. -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** também partilha aquele pessimismo senão aquela moção não surgia, mas lembrou que a reforma administrativa vai ter a implantação dos julgados de paz e dos tribunais arbitrais, e

se uma comarca como Ferreira do Zêzere não faz pressão para não perder o seu Tribunal é certo e sabido que nem um julgado de paz nem um tribunal arbitral nunca irá ter. - -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** patilha da mesma opinião. Concorda com a moção apresentava. Acrescentava ainda que este tipo de medidas economicistas vão atrasar e isolar mais os concelhos do interior, o que é um contra-senso do Governo no combate à interioridade. -----

-----**Colocada a votação a Moção foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** interveio para falar sobre o tema da Segurança. Referiu que tinha várias coisas para dizer sobre situações globais, mas dado o desenrolar da Assembleia e a forma como a bancada da oposição estava a entender as moções que julga se está num caminho global de se juntarem em coisas essenciais na defesa das populações. Assim, disse que desde que se conhece, que Ferreira do Zêzere tem sempre GNR. Há uns anos foi feito e inaugurado um novo quartel que seria para cerca de 23 a 26 elementos. O que acontece é que actualmente o quartel está reduzido a 16 elementos. É muito pouco e mais ainda se considerarem que desses 16, alguns estão de férias, doentes ou fazem apoio à escola segura. Lembrou que ultimamente têm ocorrido situações (assaltos, acidente de viação, etc.) em que se espera cerca de uma hora e meia pelas autoridades. São situações que, em termos de segurança, merecem a atenção e o cuidado de levantar o problema a quem de direito. Todos sabem que é necessário fazer economias mas a segurança para si não tem preço. Leu em seguida a moção referente a este tema: *«A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere tendo debatido a segurança no território do município e constatando que a redução ou insuficiência dos efectivos da Guarda Nacional Republicana faz sentir que o grau*

*de protecção prestado por aquela força de segurança tem diminuído, não obstante os investimentos nas actuais instalações, decidiu: 1. Solicitar ao senhor Governador Civil de Santarém, representante do Governo, (art.º 291.º da CRP) que informe este das preocupações da Assembleia Municipal, nomeadamente: Que se pretende ver assegurada uma efectiva cobertura de patrulhamento urbano, rural e florestal que transmita segurança às populações mais vulneráveis, nomeadamente crianças das escolas, idosos e populações isoladas, tendo presente o tipo de povoamento disperso do concelho. Que haja disponibilidade de meios para pronta intervenção quando solicitada (acidentes, ameaças à segurança das pessoas e bens, etc.), e que esses meios conheçam os locais onde irão actuar. Que seja particularmente exercida vigilância na área ambiental (defesa da floresta e da albufeira do Castelo do Bode). Que se proceda a intervenções no trânsito, dissuasivas da condução agressiva e sobre o efeito do álcool, preventivas das manobras perigosas, da ocupação indevida das vias e passeios, etc. Que se reforcem os meios na época de veraneio onde a afluência de pessoas não residentes habitualmente, sobretudo às zonas de lazer, potencia o risco de conflito e diminui a segurança de pessoas e bens. 2. Solicitar ao executivo municipal que diligencie junto da GNR e nos contactos que mantenha com as entidades governamentais na área de segurança pela melhoria das condições de segurança. 3. Apoiar desde já as diligências e tomadas de posição que o executivo possa vir a desenvolver no sentido de sensibilizar o governo e os comandos da GNR para a necessidade de repor e melhorar o dispositivo concelhio. 4. Dar conhecimento desta moção ao senhor Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana e aos municípios através da comunicação social.»* -----

**-----Colocada a votação a moção foi aprovada por unanimidade. -----**

**----- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal no âmbito da saúde**

referiu que ultimamente tem acompanhado o problema ligado à saúde, noutras funções que não as de Presidentes da Assembleia Municipal e também tem feito alguns estudos e algumas reuniões relativas ao Centro Hospitalar do Médio Tejo. Este Centro Hospitalar tem os três hospitais: Abrantes, Tomar e Torres Novas e que a administração e o Ministério da Saúde teimam que o pessoal que trabalha nestas três unidades se considere como se trabalhasse numa só: o Centro Hospitalar. Normalmente um médico concorre a um hospital, e não a um centro hospitalar e quando um administrador, que é único dos três hospitais, quer que os funcionários trabalhem em cada um deles, eles exigem mais dinheiro. O grande problema reside precisamente aqui. O Hospital de Abrantes devia ter 7 ortopedista, mas tem 3 dentro do hospital, mas cá fora há 9. Em Tomar devia ter 8, mas tem 3 no hospital e fora do hospital há 5 e em Torres Novas sucede a mesma coisa. E o mesmo se sucede para outras valências. Informou também que reuniram com o Dr. Carvalho e não chegaram a nenhuma conclusão. Em seguida leu a moção referente ao tema da saúde: *«A Assembleia Municipal de Ferreira do Zézere, considerando a importância que tem a prestação de cuidados de saúde à população em particular às crianças, doentes crónicos, acidentados e população idosa e as incertezas e falta de informação segura sobre o assunto, decidiu: 1. Incumbir a mesa da Assembleia de questionar o governo através do senhor Governador Civil de Santarém, representante do Governo, (art.º 291 n.º3 da CRP) solicitando que informe o que está previsto nesta matéria nomeadamente sobre a continuidades de funcionamento das extensões de saúde e disponibilidade de médicos de família; 2. Apoiar diligências e tomadas de posição da Junta e da Assembleia da Comunidade Urbana do Médio Tejo quanto ao funcionamento do Centro Hospitalar do Médio Tejo; 3. Exigir, relativamente ao Centro Hospitalar do Médio Tejo que: – sejam ouvidas as*

*autarquias sobre as medidas de racionalização que se torne necessário aplicar. – seja garantido pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo o encaminhamento dos doentes que se apresentam nas urgências de quaisquer unidades (Abrantes, Tomar ou Torres Novas) que o compõem, sempre que a (s) valência(s) não estejam disponíveis nesse local e a deslocação do doente seja clinicamente necessária. – Seja assegurada informação à população utente, nos seus locais de residência, sobre as alterações que sejam necessárias efectuar. 4. Dar conhecimento da moção à Administração Regional de Saúde e aos municípios, através da comunicação social.»* -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** disse que concordava com esta moção como concordou com as outras mas foi de opinião que ela podia ser mais incisiva, e se tiver que bater no Governo bate. Devia ficar claro que a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere entende que valências fundamentais, como a pediatria, devem estar nos três hospitais e deve também ser feita referência a que o Governo deve pensar nisto de uma forma mais profunda e deve resolver rapidamente a questão das médias e das vagas nos cursos de medicina, porque esse é que é o problema de fundo.-----

-----**Colocada a votação a Moção foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** felicitou a Assembleia e de um modo particular a bancada do Partido Socialista porque, numa matéria tão sensibilizadora e de interesse conjunto e local, se uniram numa votação a moções, esquecendo muitas vezes algumas divergências saudáveis. É importante que estas moções apareçam a quem de direito, aprovadas por unanimidade. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** congratulou-se e pediu desculpa por uma afirmação que fez e que está incorrecta. Aproveitou o intervalo e

foi com o Deputado Municipal Armando Alexandre às Besteiras. De facto não está no sítio onde tinha visto, nenhuma placa indicativa de “Rua da Escola”, nem há sinais de furos na parede. Era provavelmente alguma reprodução de computador que alguém lá pôs ou coisa no género. Pediu desculpa, pois a pergunta/piada que fez ao Presidente da Junta de Águas Belas não tinha sentido. -----

-----**O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu ainda que quem baptizou aquela rua de “Rua da Escola” foi a EDP. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** referiu que se levantou, pela primeira vez, para falar de pé, porque acha um bocado estranho quando da bancada do PSD dizem que ficaram muito satisfeitos pela bancada do PS estar de acordo com as propostas apresentadas. Pediu que ficasse claro que naquela sala que ninguém estava contra ninguém. Todos são livres de pensarem e ver os problemas de forma diferente. A oposição que querem fazer é oposição construtiva. Ao aprovarem aquelas propostas estão a fazer oposição construtiva. E quando não aprovam continuam a fazer oposição construtiva, e apresentarão as suas. Às vezes o mais difícil é fazer passar as propostas do PS, porque as do PSD passam sempre. Na sua bancada as pessoas sabem o que querem, sabem o que é bom para o concelho e procuram o melhor para o concelho. Se assim não fosse não estaria ali. Todas e quaisquer propostas que venham da bancada do PSD e que sejam boas para o concelho, aprova-as. Pediu também que quando a bancada do PSD visse, nas propostas da bancada do PS alguma coisa de bom, fizesse o mesmo, ou seja, não as rejeitassem à partida.-----

-----**O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que a posição que tomou era a sua posição pessoal sobre a forma como gosta que as coisas funcionem. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** leu em seguida a seguinte proposta apresentada à Mesa: *«Os Deputados do PS vêm por este meio propor à Mesa que a questão da proposta à Câmara para a formação de um Conselho Municipal de Juventude seja feita em colaboração com representantes da JS, da JSD, da Associação de Estudantes e ainda pelo Presidente da Assembleia Municipal.»*.-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Dias** disse que o Conselho Municipal da Juventude é um tema demasiado sério. Deve por isso ser tratado, elaborado e consignado todo o articulado semelhante, mas onde haja colaboração de ambas as partes, onde haja consenso e onde estejam representadas sensibilidades de ambos os lados. -- -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** desvinculou-se da proposta. -----

-----**Colocada a votação, a proposta foi aprovada por 20 votos a favor e 1 uma abstenção.** -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** recordou que tem dito ali muitas vezes que não podem tomar decisões que envolvam terceiros. -----

-----**9.º Ponto: - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** relativamente a este ponto começou por referir que na primeira folha do relatório estava um subsídio de 1500,00 € a conceder à Associação Recreativa e de Caçadores do Freixial face às despesas com a Zona de Caça Municipal. Perguntou a que tipo de despesas se refere este subsídio. Quanto à limpeza da caminhos florestais a Junta de Freguesia de

Ferreira do Zêzere enviou, em tempos, um ofício à Câmara com a indicação de alguns caminhos a precisarem de limpeza, na sequência de um ofício enviado pela Câmara em 2003 a pedir colaboração na indicação desses caminhos. Até ao momento não teve conhecimento se foi feita limpeza na sua freguesia pelo que questionou acerca disto. Quanto ao abrigo para os utentes dos transportes públicos chamou a atenção para um abrigo que foi retirado aquando da construção de via pública no cruzamento dos Casais, e que não voltou a ser colocado. Pediu para quando for colocado seja noutra local. Lembrou a Câmara que em Dezembro passou por aquela Assembleia um subsídio atribuído ao Sr. João Coelho, no Castelo, para aquisição de material para arranjar o telhado, sendo o trabalho feito pelos funcionários da Câmara Municipal. Até agora o trabalho não foi feito pelo que pediu esclarecimento. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, em relação a este relatório focou o que estava escrito sobre o Congresso da Cidadania. Referiu que a Câmara aderiu a este projecto e que o Dr. Fernando Lopes tem acompanhado. A CIVILIS é uma Associação, para a cidadania e desenvolvimento, privada e sem fins lucrativos, que tem como objecto social o desenvolvimento da cidadania e da igualdade, ajuda humanitária, da saúde, educação e formação, da cultura, da ética. Promove diversas actividades entre acções e colóquios com temas da actualidade. O Congresso da Cidadania irá realizar-se entre Outubro de 2006 e Fevereiro/Março de 2007 e será integralmente realizado no Distrito de Santarém, estando prevista uma acção em Ferreira do Zêzere dia 24 e 25 de Novembro. O início é dia 28 de Outubro em Vila Nova da Barquinha. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** no uso da palavra e no que respeita ao ensino de inglês no 1.º ciclo, informou que a Câmara apresentou uma

candidatura, que soube telefonicamente que está aprovada, mas que até à data não entrou na Câmara nada escrito a confirmar essa aprovação. Acrescentou que o Despacho da Ministra é de 16 de Junho e que a ANMP e o Governo só se entenderam a 14 de Setembro, o que originou alguns atrasos. Está aberto concurso para professores de inglês e de música, sendo que o restante é assegurado pela Câmara. A previsão para o início é 20 de Outubro, se tudo correr bem. Isto mexeu muito com a estrutura que a Câmara tinha. Tinha, a nível do país algo que era pioneiro, que era trazer os miúdos de todas as escolas do 1.º ciclo à natação, à biblioteca e à escola fixa de trânsito. Actualmente como há horários fixos para cumprir isso não é possível. No entanto já apresentaram uma proposta dentro dos horários lectivos conseguirem trazer os meninos para estas actividades. -----

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** perguntou se em termos de custos fica mais económica esta decisão da Ministra da Educação ou ficava mais económico o funcionamento anterior ou seja, sendo os professores do agrupamento a assegurar as aulas e a Câmara a suportar o transporte.-----

-----**O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** respondeu que este estudo devia ter sido feito pela Ministra. Pensa que também não se deve pensar neste tipo de coisas pelo preço, pois tratando-se de educação não era um custo mas um investimento. Agora se é a maneira mais correcta não sabe. Quanto ao subsídio à Associação de Caçadores, disse que na acta da reunião do executivo estava explicado que foi para a aquisição de postes e chapas indicativas para demarcar a área da reserva municipal. No que respeita a limpeza de caminhos florestais pensa que não foi feito nada na área de influência da freguesia de Ferreira do Zêzere. Quanto ao telhado não foi dado subsídio, foi fixado aquele valor com base na informação da técnica assistente social. Ainda não estão feitas porque pensa que se

